



NACIONAL

DADOS

300

milhões de euros
é a estimativa de custo da recuperação dos professores, fixada no programa de Governo.

Sindicatos satisfeitos
O dirigente nacional do SINAPE, Francisco Pinto, congratulou-se por o principal objetivo dos sindicatos ter sido alcançado. Também a líder do SIPE, Júlia Azevedo, considerou a recuperação "um grande passo".

PR saúda acordo
O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, saudou o acordo que disse ser "pacificador para o próximo ano letivo". Considerou também que os professores "merecem" a recuperação.

Governo acelera recuperação e garante acordo com sindicatos

Tempo de serviço será pago integralmente aos professores em dois anos e dez meses. Para os docentes afetados pelo congelamento, não haverá vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões



Fernando Alexandre reconhece esforço feito por ambas as partes

Inês Malhado
ines.malhado@jn.pt

NEGOCIAÇÕES O Governo acelerou ontem a recuperação integral do tempo de serviço dos professores, propondo que seja paga em dois anos e dez meses, um processo que será iniciado já a 1 de setembro. A nova proposta da tutela foi aceite por sete dos 12 sindicatos que estiveram sentados à mesa com o ministro da Educação, entre os quais a Federação Nacional da Educação (FNE).

A recuperação dos 2393 dias congelados durante a troika será feita de forma faseada: "599 dias no dia 1 de setembro de 2024, e 598 dias nos três momentos seguintes, a 1 de julho de 2025, 1 de julho de 2026 e 1 de julho de 2027", reve-

lou o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros, o primeiro sindicato a reunir com Fernando Alexandre, nesta terceira ronda negocial. O Governo recuou, assim, no prazo de cinco anos proposto inicialmente, com a contabilização de 25% nos primeiros dois anos, 20% em 2026 e 15% nos dois anos seguintes.

Segundo o calendário, os docentes irão receber 25% da totalidade dos seis anos, seis meses e 23 dias de tempo de serviço congelados em cada ano até 2027. A tutela deixou ainda a garantia de que todos os docentes afetados pelo congelamento serão dispensados das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira.

Para Pedro Barreiros, o

acordo marca "um dia histórico para os professores", lembrando que foram necessários "praticamente 20 anos de luta" para alcançar este objetivo.

Embora tenha sido dado um passo importante nesta matéria, há outros aspetos que os sindicatos mantêm intenções de discutir em negociações futuras. A tutela manteve a posição de que a recuperação servirá apenas para efeitos de progressão na carreira. O que significa não serem abrangidos os professores que já estão no topo da carreira, aposentados ou que se vão reformar entretanto.

Essa é precisamente uma das linhas da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Questionado se acreditava ter a "luz verde" da Fenprof - antes de se-



Pedro Barreiros
Sec. geral FNE

"É um dia histórico para todos os professores que finalmente viram alcançado um dos seus grandes objetivos"

Fernando Alexandre
Ministro da Educação

"[O acordo] é o cumprimento de uma promessa deste Governo, num tempo que penso ter sido muito rápido"

guir para a reunião com o sindicato, e a última de ontem -, Fernando Alexandre não deixou muitas esperanças.

"A Fenprof nunca foi parte da solução", acusou o governante, que confessou duvidar que "a educação seja, de facto, a sua grande preocupação" da qual que é um dos maiores sindicatos do setor. "Tem de haver um esforço de aproximação e não podemos - quando resolvemos um problema - colocar outro em cima da mesa sistematicamente, de forma a que nunca se resolva nada", lançou. A Fenprof acabou por não aceitar o acordo. Mesmo sem o aval daquele sindicato, o processo deverá avançar.

CEM MIL DOCENTES
Para Fernando Alexandre, o acordo conseguido mostra os esforços mútuos de aproximação do Governo e dos sindicatos para resolver "um problema muito antigo" e que trazia "uma grande instabilidade" às escolas. Segundo o governante, a medida vai abranger cerca de 100 mil docentes. Depois de a FNE ter assinado o acordo, juntaram-se, durante a tarde, segundo avançou a Lusa, a FENEI, o SIPE, a FEPECI, o SPLIU, SIPPEB e o SNPL.

De fora ficaram a Fenprof, ASPL, SEPPEU, Pró-Ordem e S.T.O.P, que recusaram a proposta da tutela, uma vez que não houve entendimento sobre os mecanismos de compensação para os docentes que ficam fora da medida. Vão avançar com um pedido de reunião suplementar. ●

ID: 111243396

22-05-2024

**Professores
recuperam
tempo de
serviço em
dois anos
e 10 meses**

Governo acelera
descongelamento
e garante acordo
com sindicatos **P. 18**